

Índios elegem 17 vereadores no Estado

Os índios, que terão também um vice-prefeito, decidiram participar das eleições para interferir nas decisões públicas, que repercutem nas aldeias

Mariana Roggero

O Amazonas terá, a partir de 1º de janeiro, 17 vereadores e um vice-prefeito índios, segundo levantamento das organizações indígenas



do Alto Solimões e Alto Rio Negro e Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Quatorze dos eleitos se concentram nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Itá. Nesses municípios - mais Barcelos e Santa Izabel do Rio Negro - estão, pela estimativa da Fundação Nacional do Índio (Funai), 50 mil dos cerca de 89.500 índios que habitam o território amazonense.

Barcelos, São Gabriel da Cachoeira e Santa Izabel, no Alto Rio Negro, têm 92% de população indígena. O Cimi estima que 25 mil índios votaram em 3 de outubro. Em São Gabriel da Cachoeira, Thiago Montalvo Cardoso (PSDB), de etnia pira-tapuia, foi eleito vice-prefeito. O município terá mais dois vereadores índios:

Flávio Carvalho (PT), de etnia dessana; e Alberto Barbosa (PFL), tariano.

Os índios são organizados politicamente pelas organizações indígenas do Rio Negro e do Alto Solimões, que congregam associações por etnias. As federações - ambas ligadas ao Cimi e à Coordenação Indigenista da Amazônia Brasileira (Coiab). A principal preocupação dessas instituições é a conscientização. Nesta eleição foram distribuídas uma cartilha e um jornal ensinando didaticamente como escolher os melhores candidatos, o secretário da federação do Alto Rio Negro, Maximiliano.

No Alto Rio Negro são predominantes os tucanos. Segundo o secretário da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), Maximiliano, a língua tucana ainda é usada nas aldeias. Eles também falam o baniwa e nheengatu - considerada uma língua geral. A proposta das entidades é manter a alfabetização bilingue e ampliar o nível de conscientização dos povos indígenas para que interfiram politicamente nas questões que afetam seu cotidiano. A decisão de participar das eleições é para tentar diminuir a influência de políticos tradicionais nas comunidades indígenas, que não interpretam seus interesses e anseios.

Um índio vereador e filósofo

Flávio Carvalho (PT), 36 anos, foi eleito em quinto lugar, vereador de São Gabriel da Cachoeira, com 326 votos. Militante do PT desde 1988, esta é sua primeira candidatura. Ele é da comunidade de Iauaretê e foi eleito com a maioria dos votos dessa comunidade.

Formado em Filosofia pela Universidade do Amazonas, Carvalho é da etnia Dessana, ramificação dos tucanos e é um dos diretores da Federação das Organizações Indigenistas do Rio Negro (Foirn).

Ele afirma que sempre esteve preocupado com a conscientização política do seu povo, o que o incentivou a ser candidato nestas eleições. Como meta de campanha, colocou seu mandato à disposição de todos os índios. "Cada cidadão tem o direito de buscar melhorias através desse mandato", disse.

Ele defende a criação da secretaria de assuntos indígenas, para

facilitar as soluções aos problemas das comunidades indígenas. "É importante saber quais são os maiores problemas, ouvir as propostas de cada região e manter um contato direto com as comunidades".

Seu objetivo, enquanto vereador é buscar uma maior participação na política estadual e nacional, defender os interesses da população indígena e também priorizar a educação e saúde, principalmente nas áreas de fronteira.

Segundo o futuro vereador, a base econômica das comunidades é a pesca, criação de gado e agricultura. Por isso, quer estimular a piscicultura, avicultura e agricultura. "Nosso trabalho de conscientização não vai parar. Ao contrário, vamos explicar aos índios como funciona a máquina do governo e as questões indígenas", ressaltou. (MR)

20/10/96 Pg A11
73

Comunidades vivem sob pressão externa

AC

As reservas indígenas nas áreas de fronteira estão sob influência de militares, igrejas cristãs - principalmente a Católica -, entidades indigenistas e mais recentemente pela Universidade do Amazonas. Cada uma delas atribui participação, embora por caminhos diferentes, na conscientização política dos índios.

O ex-reitor da Universidade do Amazonas, Marcus Barros, disse que não tem dados concreto sobre os resultados do ensino superior nos municípios com populações indígenas. Mas está certo de que a Universidade do Amazonas vem fazendo a sua parte. "O papel da Universidade é desenvolver a visão crítica do indivíduo", disse. Na administração de Barros foram implantados os primeiros cursos superiores no interior amazonense. Para ele, a participação indígena em cargos eletivos aumenta a influência indígena no poder público.

Em São Gabriel da Cachoeira, 44 índios são formados em Filosofia pela Universidade do Amazonas. No Alto Solimões, a extensão universitária está em vários municípios desde 1986 e continua até hoje. Para o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), Maximiliano Mendes, a presença da Universidade do Amazonas na região contribuiu para o aumento do nível de conscientização política dos índios, mas a meta esperada ainda não foi alcançada. "É necessário um maior esforço, sobretudo, nas aldeias mais distantes, como Iauaretê - distrito de São Gabriel da Cachoeira", disse.

Localizada na fronteira com a Colômbia, Iauaretê é a maior e mais importante comunidade indígena da região, com 1.460 eleito-



Ex-reitor da UA Marcus Barros: por uma visão crítica do indivíduo

res. De lá, saíram os dois vereadores eleitos e o futuro vice-prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Thiago Montalvo Cardoso (PSDB).

Os ticunas, habitantes do alto Solimões, fizeram 13 vereadores - dois deles reeleitos. Eles são cerca de 25.500 divididos em 100 aldeias, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai). O coordenador da Pastoral Indigenista do Alto Solimões, padre Josinei Lima do Nascimento, garantiu que a finalidade da Igreja na região é conscientizar politicamente os índios e estimular que as comunidades escolham seus próprios representantes.

Para o padre, é significativo o número de índios que não estão familiarizados com o funcionamento da política. "Isso não impede o aumento da participação e

o interesse por eles nesta área, gerando um discurso voltado ao povo indígena", disse. Ele afirmou que, na campanha eleitoral, os discursos dos brancos em favor dos índios têm a finalidade de convencê-los a se candidatar, para que chamem mais votos para seus partidos. Na hora de legislar, os interesses indígenas, não são lembrados", disse.

O padre concorda com o presidente da Foirn, Maximiliano, sobre as distâncias das comunidades. "Muitas aldeias são longe demais das cidades, o que dificulta o trabalho". Ressaltou também que, além das distâncias, as comunidades são populosas. Algumas chegam a atingir 1.700 habitantes, como Belém do Solimões, uma grande favela de índios no meio da floresta", disse. (MR)

Os índios eleitos no Amazonas

Nome	Povo	Partido	UF	Município	Cargo
Flávio Carvalho	Dessana	PT	AM	S.G.da Cachoeira	Vereador
Alberto Barbosa	Tariano	PFL	AM	S.G.da Cachoeira	Vice-prefeito
Thiago Montalvo Cardoso	Pira-Tapuia	PSDB	AM	S.G.da Cachoeira	Vereador
Ofir Aiambo	Ticuna	PST	AM	Ben. Constant	Vereador
Váldir Mendes	Ticuna		AM	Tabatinga	Vereador
Daçcy Muratu	Ticuna		AM	Tabatinga	Vereador
Romualdo	Ticuna		AM	Tabatinga	Vereador
Quintino Marques	Ticuna		AM	S. P. de Olivença	Vereador
Ismael	Ticuna		AM	S. P. de Olivença	Vereador
Oziel	Ticuna		AM	S. P. de Olivença	Vereador
Paulino	Ticuna		AM	S. P. de Olivença	Vereador
Adair	Ticuna		AM	Amaturá	Vereador
Satúrnino da Silva	Ticuna	PMDB	AM	S. Ant. do Içá	Vereador
Miguel Leotério	Ticuna	PFL	AM	S. Ant. do Içá	Vereador
Eli	Ticuna	PPB	AM	Barreirinha	Vereador
Messias	Saterê Maue	PPB	AM	Santo Antônio do Içá	Vereador (reeleito)
Evaristo	Ticuna		Amaturá-AM		(reeleito)
Cecílio Mura			Autazes-AM		(reeleito)

Juruna quer mais participação

Sérgio Bártholo
Sucursal de Brasília

BRASÍLIA — “Se houver compreensão dos brancos e participação política dos índios, quem sabe um dia poderemos chegar à Presidência da República”. Foi essa a reação do cacique Mário Juruna, 55 anos, o primeiro índio eleito deputado federal, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT-RJ), com cerca de 31 mil votos, quando soube que 17 índios foram eleitos vereadores e um a vice-prefeito em municípios do Amazonas.

Praticamente esquecido pelo grande público e morando numa pequena casa na cidade satélite do Guará, a cerca de 10 quilômetros de Brasília, Mário Juruna recebe, hoje, um salário como assessor do PDT. Ele não diz quanto ganha, mas dá uma idéia. Revela que às vezes não tem dinheiro sequer para pegar um ônibus para ir a Brasília. O valor da passagem é R\$ 1,00. Tem dois filhos mas só um mora com ele. Está separado da mulher desde 1993. Com o pouco que ganha ainda dá assistência a índios do Mato Grosso que lhe procuram quando estão no Distrito Federal. A casa está sempre cheia.

Depois de agradecer por ter sido lembrado, ele disse, do jeito dele, que participar da política dos “brancos” é de interesse tanto dos índios como de outros brasileiros pobres que, também considerados como “minorias”, sofrem as consequências das decisões do governo. “Todos devem participar porque essa presença é que vai fazer mudar alguma coisa, na luta pelos direitos dos índios, debatendo mais fundo os problemas dos verdadeiros brasileiros”, Juruna considera que abriu o caminho, ensinando a “nova forma de luta” para os índios e diz que deseja

que ela seja mantida. “Índio defende índio, mesmo na política podre e suja dos brancos que não é fácil, há preconceito em todo lugar, os nossos projetos são barrados”, reclama.

Mostrando consciência de que “índio e pobre” estão juntos no sofrimento, ele pede compreensão e participação dos “brancos pobres” para uma luta comum. “Todos sofreremos e apanharemos perante esses políticos que estão aí”, diz, “feliz e contente por receber uma notícia tão boa como essa de que índios conseguiram vencer eleições no Amazonas”.

O cacique acrescenta que o grande projeto dos índios é garantir a terra deles. “A garantia da terra preserva as comunidades indígenas e só a participação política pode fazer avançar a luta dos índios, porque sem a presença dos índios o Brasil não fica bem. Vale a pena e é importante que índios sejam eleitos vereadores, deputados, senadores e até presidente da República, porque nós honramos nosso País”.

Ele sabe das dificuldades e como funciona o sistema eleitoral

brasileiro. Gostaria de se candidatar novamente a deputado, agora pelo Distrito Federal. “Quero me candidatar e pelo Distrito Federal seria mais fácil para mim, mas não tenho dinheiro”, conta. Juruna disse que não conseguiu tempo no Congresso para se aposentar pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). Ele ficou quatro anos e os congressistas ganham o direito à aposentadoria com oito anos, dois mandatos.

Militares X Civis — O cacique Juruna, que além do uso do gravador, se notabilizou pelas críticas à ditadura militar no Brasil — ele foi deputado federal entre 1982 e 1986 — mudou um pouco de idéia. “Foi muito duro, mas eu bati muito nos militares, mas me arrependi, porque ho-



Mário Juruna diz que os índios podem chegar à Presidência

je sei que eles tinham disciplina, autoridade e moral e os civis que estão no poder passeiam muito mais que os militares”.

A crítica dele contra o governo Federal não fica por aí. Diz que o povo está morrendo de fome, passando necessidade, ficando cada vez mais miserável, não sobra salário, não tem trabalho e ninguém ataca os civis que estão no poder. “Esses civis estão atolando e mergulhando o Brasil lá no fundo, entregando o País às multinacionais, aos banqueiros, vendendo o patrimônio nacio-

nal”. Quando deputado federal, ele apresentou um projeto que garantiria o direito de voto de todos os militares. Para ele, o PDT é um bom partido porque foi o primeiro a eleger um índio deputado federal dando exemplo para os outros partidos políticos. “Eu não mudei de partido porque tenho carisma”, comenta. Indiretamente aproveita para atacar os políticos que vivem mudando de legenda. “Índio tem que procurar gente honesta para votar. O índio precisa buscar o seu direito à cidadania e lutar contra o preconceito”.